

CIDADÃOS DE PRIMEIRA EM ESCOLAS DE SEGUNDA CLASSE: DADOS SOBRE O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO NA VILA DE IGUASSÚ NO SÉCULO XIX

Jordania Rocha de Queiroz Guedes ¹

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO: Este artigo tem por objetivo trazer à compreensão do leitor o perfil das escolas destinadas à população iguassuana na segunda metade do século XIX, como também informar o número de escolas distribuídas por freguesias, o público ao qual a instrução estava direcionada, aspectos como a constante troca de professores em determinadas localidades e o crescente número de escolas particulares na região, dados essenciais para o estudo do processo de escolarização na Vila de Iguassú no século XIX.

PALAVRAS CHAVE: Escolarização. Iguassú. Província do Rio de Janeiro. Século XIX.

Introdução

Ao aventurar-me nos caminhos da História da Educação brasileira, ingressei em 2007 em uma pesquisa acerca do processo de escolarização da Corte Imperial.² Minha proposta inicial era ater-me apenas à Corte e à Província do Rio de Janeiro, porém durante a pesquisa alcancei informações a respeito do início do processo de escolarização de Iguassú, hoje Nova Iguaçu na Baixada Fluminense.

Escrever sobre o município onde cresci e resido até os dias de hoje, além de ser algo empolgante, trouxe-me a responsabilidade de levantar uma pesquisa que vai trazer à tona a raiz histórica para o que foi e o que se tornou a instrução pública iguaçuana.

O objetivo da pesquisa foi buscar dados sobre a disseminação de escolas em municípios, vilas e freguesias distantes da Corte Imperial. Através deste trabalho procuro levantar elementos que colaborem para o desenvolvimento de mais pesquisas sobre a difusão da instrução em todo o território Imperial, sejam os grandes centros de poder e saber ou não.

¹ Pedagoga formada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

² *Escolarização e governo das multidões – Análise do Processo de Disseminação de Escolas: materiais e práticas educativas na Corte Imperial (1854/1863)*. Coordenação: Prof. Dr. José Gonçalves Gondra. Durante a realização deste trabalho fui bolsista de Iniciação Científica na área de História da Educação (FAPERJ/UERJ).

As fontes consultadas para a elaboração deste trabalho foram os Relatórios dos Presidentes e Vice-Presidentes da Província do Rio de Janeiro compreendidos entre os anos de 1833 a 1862, digitalizados na Internet pela Universidade de Chicago³. Bibliografias de autores que abordam a história do município iguassuano, que foram todas gentilmente cedidas pelo IPAHB⁴ e bibliografias de pesquisadores da história da educação brasileira, com os quais trabalhei em disciplinas de História da Educação Brasileira e nas discussões do NEPHE⁵.

A opção pela busca de informações nos Relatórios dos Presidentes e Vice-Presidentes da Província do Rio de Janeiro está de acordo com a perspectiva apontada por Mattos (1999, p. 272), em que afirma que acompanhar os relatórios dos presidentes provinciais e seguir as discussões travadas na Assembleia Fluminense pelas páginas de seus Anais possibilitam recuperar as intenções, os objetivos e os ideais que moviam os dirigentes governamentais, no que diz respeito à instrução e à educação, e ainda que tipo de Estado pretendia esculpir a sociedade, possibilitando assim compreender o tipo de povo que se pretendia formar e avaliar e, no caso deste trabalho, acompanhar o que diz respeito à Comuna Iguassuana: os interesses da Província neste município, as contribuições, as mudanças, o investimento na instrução local, as ações e intervenções, o tipo de instrução destinada e os cidadãos que pretendiam formar.

O confronto entre os relatórios provinciais e a bibliografia de autores locais foi uma verdadeira e poética confecção de uma enorme colcha de retalhos, onde as informações se encaixavam ou se emendavam numa trama, cujo resultado final foi surpreendente. Os autores que abordam a história iguassuana e foram usados nesta pesquisa são: Ruy Afrânio Peixoto, Matoso Maia Forte, Guilherme Peres, todos possuindo estreitos laços com o município; para uso de tais fontes na pesquisa, foi necessária uma análise minuciosa, atentando para o que Nunes (2005, pág.39) declara sobre as mesmas:

Por que centrar a discussão em torno das fontes? Por um motivo simples: os historiadores da educação dependem, em suas investigações, não apenas de questões formuladas dentro de certas matrizes teóricas, mas também dos materiais históricos com que podem contar. Não fazemos bons trabalhos na área sem respeitar a empiria contra a qual lutamos; e todos já nos deparamos com a dificuldade de recolher fontes impressas e arquivísticas, geralmente lacunares, parcelares e residuais. Apesar das dificuldades, é justamente no manuseio crítico das fontes que o pedagogo ganha a distância necessária

³ Disponível em www.crl.edu/content/brazil/jain.html

⁴ Instituto do Patrimônio Histórico da Baixada Fluminense, localizado em Nilópolis.

⁵ Núcleo de Estudos e pesquisas em História da Educação, no grupo Instituições Práticas Educativas e História. Coordenado pelo Professor José Gondra e Professora Alessandra Schueler - UERJ/ Maracanã.

para olhar de uma maneira a pedagogia, tornando-se, pela prática e pelo seu projeto, um historiador.

No sentido de trazer à existência elementos que expliquem o processo de nascimento e distribuição de escolas em Iguassú, trabalho com o conceito de escolarização explicitado por Faria Filho (2006, p. 141) que afirma que o termo escolarização pretende designar o estabelecimento de processos e políticas a respeito da “organização” de uma rede, ou redes, de instituições mais ou menos formais, responsáveis pelo ensino elementar da leitura, da escrita, do cálculo e, no mais das vezes, da moral e da religião, seja pelo atendimento em níveis posteriores e mais aprofundados.

A disseminação de escolas no município iguassuano no século XIX estava inserida em uma estratégia política liderada pelos comerciantes, fazendeiros e barões totalmente envolvidos na vida social, política e econômica em âmbito local, da Província, da Corte e até mesmo de Portugal, para a difusão da cidadania, da regulamentação e do controle, em uma população com traços econômicos e sociais específicos: homens, mulheres e crianças em sua maioria pobres, negros e mestiços, inseridos no trabalho da lavoura, do comércio e escravo.

Assim, o objetivo central deste trabalho é apresentar o perfil das escolas inseridas no processo de escolarização da comuna iguassuana, partindo de sua criação com *status* de município no ano de 1833, localidade de vital importância para o surgimento e desenvolvimento da região que hoje conhecemos por Baixada Fluminense.

1. UMA VILLA NO RECÔNCAVO DA GUANABARA⁶

As terras que formaram Iguassú, antes de sua elevação a Villa, pertenceram a Martim Afonso de Souza, que não chegou a tomar posse e nem a povoar o vasto território.

Os colonos começaram a penetrar a terra nos idos da metade do século XVI quando, segundo Pereira (1970, p.15), a povoação prosseguiu de forma normal. Suas plantações se localizavam às margens dos rios e as casas eram construídas em relativa distância uma das outras. Era constituída também por uma capela e, logo atrás desta, o cemitério.

⁶ Termo utilizado por Daniel Kidder, pastor metodista americano que visitou a região no ano de 1838, significando o círculo de montanhas que circunda a baía de Guanabara. Em livro publicado nos E.U.A em 1860, o pastor Kidder afirma ser Iguassú na década de trinta dos oitocentos, com aproximadamente 1.200 habitantes, a localidade mais próspera do recôncavo, que contava ainda com os municípios de Magé e da Estrela.

Mattos (1999, p. 53) sinaliza para o fato de que a região onde hoje encontramos a Baixada Fluminense, desde os fins do século XVI era ocupada por extensos canaviais e fazendas de criação de gado e a população estava submetida à escravidão ou reduzida à catequese pelas ordens religiosas. Ainda durante a segunda metade do século XVIII, a região sublinharia juntamente com Campos dos Goitacases como importante centro produtor de cana de açúcar.

Já no século XIX, Iguassú destacava-se também pela produção de arroz, feijão e milho que eram levados com grande facilidade para o Rio de Janeiro graças aos ribeirões e rios adjacentes, navegáveis e com grandes marés.⁷ No dia 15 de Janeiro de 1833 foi criada, pela Regência, a Vila de Iguassú, em dias em que a sociedade brasileira vivia uma série de revoltas que se estendiam desde a Corte até os extremos do país. Pedro II havia abdicado cerca de dois anos antes e seu filho Pedro II estava com apenas seis anos de idade.

A sociedade iguassuana estava dividida em duas principais categorias: aqueles que tinham apenas negócios e fazendas na vila, que gozavam do progresso da Corte e que entregavam seus negócios a prepostos ou administradores e pouco vinham à Villa, ou ainda aqueles que moravam e mantinham negócios na região.

No ano de 1835, sob a administração de Francisco Martins Vianna, Juiz de Paz da Corte do Rio de Janeiro e com a alegação de que a Câmara de Iguassú não cumpria suas atribuições, a Assembleia Legislativa da Província extinguiu a Villa, sob a Lei nº 4. Três motivos foram alegados para tal procedimento: a incompatibilidade entre o Juiz de Paz e os vereadores, a tomada de um Porto que a Câmara executou contra a vontade da proprietária e a utilização de uma casa para alojamento da Câmara. Seu território foi dividido entre Vassouras e Magé, passando a se chamar Freguesia Nossa Senhora da Piedade de Iguassú.

No ano seguinte, após uma mobilização popular liderada por Francisco José Soares, próspero comerciante da região e possuidor de amigos “influentes” na Corte, dentre os quais estava Paulino José Soares de Souza — o futuro Visconde do Uruguai —, integrante do Partido Conservador, fundado neste mesmo ano em que foi nomeado Presidente da Província do Rio de Janeiro, Iguassú então retorna, sob a Lei nº 57 de 10 de Dezembro de 1836, ao seu *status* de Município. Francisco Soares assume a Presidência da Câmara de Vereadores local, cargo que ocupará até o ano de 1843, quando a Freguesia de Inhomirim deixa de integrar o território Iguassuano.

⁷ Millet du Saint Adolphe. *Dicionário geográfico*, 1858.

Outra hipótese para a relação entre Paulino Soares de Souza e as terras iguassuanas são os laços familiares. O sogro do então Presidente da Província casara-se com uma prima ligada aos Azeredo Coutinho. Ora, a Família Azeredo Coutinho era proprietária de um número considerável de fazendas na Freguesia de Marapicú, pertencente à Comuna de Iguassú.⁸ A aliança com famílias importantes era algo decisivo e determinante para a época. O próprio Paulino de Souza beneficiou-se desta rede de relações que abrangia a Corte, a Província do Rio de Janeiro e outras, como Espírito Santo e Minas Gerais. Ilustres representantes da família Azeredo Coutinho foram D. Francisco Lemos, reitor da Universidade de Coimbra, D. Azeredo Coutinho, fundador do Seminário de Olinda e Aureliano Coutinho que ocupou o Cargo de Presidente da Província do Rio de Janeiro nos anos de 1844 e 1848.⁹

Não é possível encontrar documentos que possibilitem identificar os demais legisladores municipais no ano seguinte à retomada do Município. Só podemos encontrar após o ano de 1847, onde sempre encontraremos um representante da descendência dos Azeredo Coutinho figurando entre os vereadores locais.

Peixoto (1969, p. 27) destaca que a política em Iguassú tornou-se famosa no século XIX devido à violência das lutas em que se empenhavam os únicos partidos existentes no Município: o Liberal e o Conservador. As contendas partidárias eram violentas e ainda havia uma particularidade importante: o chefe do partido Conservador era Francisco José Soares e o do Partido Liberal, seu filho, Francisco José Soares Filho. Outro embate político que circulava na Câmara Municipal era entre o Barão de Guandu, Ignácio Antonio de Souza Amaral e Francisco José Soares; ambos pertenciam ao mesmo partido e revezavam os destinos do município.

2. PRIMEIROS MESTRES, PRIMEIRAS ESCOLAS, PRIMEIROS DISCÍPULOS

Após a Independência brasileira, a afirmação do Estado e a construção da Nação estiveram intimamente ligadas à capacidade de fazer valer, no Império Brasileiro, o Império da Lei. Estas questões estavam intimamente relacionadas à escolarização da população pobre e livre, pois

⁸ Paulino José Soares de Sousa. Biografia do Visconde do Uruguai.

⁹ Aureliano Coutinho foi Presidente da Província de São Paulo de 05 de Janeiro a 17 de abril de 1831. Ocupou também os Cargos de Deputado Geral por Minas Gerais, Vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Juiz de órfãos.

havia a necessidade de formar pessoas que pudessem preencher as exigências fundamentais para a constituição do Estado Imperial.

Na década de trinta dos oitocentos, mais precisamente no ano de 1834, o Ato Adicional que modifica a Constituição de 1824 decreta uma descentralização do Ensino, onde as províncias seriam as responsáveis pelos seus sistemas de instrução, tanto do ensino primário quanto do ensino secundário, ficando excluídas desta atribuição as Faculdades de Medicina, de Direito, as Academias e outros estabelecimentos de instrução superior.

Almeida (1989, p. 46) afirma que desde suas primeiras sessões, as Assembleias Provinciais apressaram-se em fazer uso de suas novas prerrogativas e votaram sobre a instrução pública uma multidão de leis incoerentes, pois não havia planos e nem métodos, havia interferência de pequenos grupos, a satisfação de algumas personalidades ou disputas oratórias sem convicção formada do que é o bem público isento de egoísmo ou com um real interesse na difusão da instrução.

Pode-se constatar que a instrução de classes populares no Império procurava representar o rompimento com o obscurantismo do passado colonial e para esta finalidade houve uma mobilização por parte da elite intelectual e política da época. No entanto, o desenvolvimento do quadro político de cada município, villa e freguesia também dependiam dos interesses e acordos políticos de cada região e de seus agentes.

Conforme o Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro no ano de 1837, existiam vinte e uma escolas públicas de primeiras letras. Destas, apenas duas eram destinadas à instrução de meninas. A frequência em todo o território provincial totalizava 65 meninas e 599 meninos, sem contabilizar os alunos da rede particular, pela imprecisão dos dados, segundo o mesmo relator. No ano de 1937 é “preparado” um prédio escolar para meninos na Villa de Iguassú, não sendo possível o preenchimento imediato da vaga para professor por falta de candidato habilitado. Almeida (1989, p. 61) aponta para o fato de que muitas escolas eram criadas no papel por meio de leis e decretos, mas o benefício que poderia resultar destas iniciativas e o progresso que deveria ser a sua consequência foram arruinados, obstados desde a origem, pela ausência de institutores, sobretudo de institutores hábeis. No mesmo relatório onde é revelado o “preparado” do prédio, é possível encontrar referências de que outros seis municípios encontravam-se sem professor: Santo Antônio de Sá, São José da Barra, Nova Friburgo, Resende, São João do Príncipe e Barra Mansa. Pode-se atentar que a distância geográfica dos referidos

municípios em relação à Corte ou mesmo em relação à Capital da Província, Niterói, comparece como fator de relutância de alguns candidatos ao magistério público que se recusavam a assumir cadeiras em municípios mais afastados.

Referente a Iguassú, a viagem da Corte ao centro da Villa poderia durar cerca de quase três horas, podendo ser feita de barco ou por meio de diligências pelas ruas esburacadas, mal iluminadas e sem qualquer segurança. Outro fator de resistência precisa ser considerado: as febres. As terras iguaçuanas eram conhecidas na Corte pelos surtos de Cólera que em muito abatiam a região; nas vésperas da criação da Villa, o município enfrentou um enorme surto. Uma reclamação bem presente nos relatórios remete ao problema dos baixos salários, considerados insuficientes pelo próprio então Presidente Paulino de Souza. Segundo o dirigente provincial, os salários não supriam os desafios que os professores de primeiras letras encontrariam em vilarejos distantes do grande centro. No dia vinte e dois de novembro do ano de 1838, o professor nomeado para Iguassú, Antonio Inocência Furtado de Mendonça, recém formado na Escola Normal de Niterói “abre”, segundo o relatório provincial, uma escola pública de primeiras letras para meninos com “apenas” nove discípulos, estatística que incomodou o então Presidente da província, que atribuía o pequeno número de alunos à disseminação da população por um extenso território, de grandes distâncias, sendo que na maior parte das vilas e povoados a população era diminuta e os demais habitantes se encontravam em fazendas, estabelecimentos rurais longes dos grandes centros. Muitos pais, não tendo na vila alguém de “confiança” que recebesse em suas próprias casas seus filhos, preferiam entregá-los à ignorância. Antonio Inocência e sua escola de primeiras letras permanecem nos relatórios até o ano de 1850, ano em que é substituído por Luiz Antonio de Souza.

O registro sobre a primeira escola de primeiras letras para meninas no município iguassuano data de 1849, sob a regência da professora Francisca de Paula Adelaide de Moura. Ao contrário de Inocência, Adelaide ganha destaque dos autores que falam sobre Iguassú. Sua permanência nos relatórios permanece até os idos da década de 1860. De acordo com um dado histórico de grande importância, não ensinou apenas meninas em sua escola. Um médico nascido no município no ano de 1842, chamado Francisco Elói dos Santos Andrade, ao publicar em 1868 seu livro: “As causas que determinam as Dispepsias Gástricas”, afirma nos agradecimentos ter sido aluno da professora Adelaide em sua escola.

Diante de tais indícios, duas hipóteses podem ser levantadas: pode-se tratar da existência de uma escola mista em meados do século XIX, o que sugere a presença de arranjos locais para lidar com a falta de escolas e/ou reduzido número de alunos, o que em Iguassú pode ser afirmado através dos relatórios provinciais. No ano da criação da primeira escola em 1837, sete escolas foram criadas em municípios na extensão da Província, sendo Iguassú a que contava com o menor número de alunos. Já no ano de 1852, com quatro escolas criadas, para cada 53,8 habitantes livres existia apenas uma escola. Por ser uma vila totalmente rural, as grandes fazendas ficavam distantes umas das outras e distantes do centro da comuna e muitos pais não enviavam seus filhos até as escolas centrais, o que pode acarretar a segunda hipótese que é a dupla militância, ação privada de um professor público, procedimento comum na corporação, devido dentre outros aos baixos salários dispensados aos profissionais do ensino.

Antonio Inocêncio e Francisca Adelaide eram formados pela Escola Normal da Província do Rio de Janeiro¹⁰; portanto, segundo o relatório provincial do ano de 1840, estavam habilitados para lecionar o Método Mútuo e o Método Individual.

O método mútuo de ensino previa o ensino de centenas de alunos ao mesmo tempo por um único professor que contaria com o auxílio de monitores escolhidos entre os alunos mais adiantados. Diante de tais atribuições e da pequena quantidade de alunos em Iguassú nos seus primeiros anos de existência, fica difícil eleger, sem qualquer prova documental, tal método para o ensino de meninos e meninas no município. Somente no ano de 1848 pode-se encontrar no Relatório Provincial que os alunos de Iguassú eram regidos pelo Método Mútuo.

Nas fontes pesquisadas até então, não foi possível encontrar maiores detalhes acerca das primeiras escolas iguassuanas. Nem mesmo nos anais da Câmara Municipal, da Cúria Metropolitana de Nova Iguaçu, foi possível achar dados sobre os Mestres destinados a serem os precursores das escolas públicas de primeiras letras do Município. É viável ainda afirmar que ambos não eram moradores da Vila de Iguassú, fato que não descarta a hipótese de que poderiam ser moradores de uma freguesia pertencente à comunidade iguassuana, já que no relatório provincial do ano de 1843 aparece o valor gasto em transporte para os referidos professores¹¹.

¹⁰ Dado que pode se percebido no salário de ambos no ano de 1840. Os professores formados pela Escola Normal de Niterói, de acordo com a Lei Provincial do ano de 1837, art. 09, receberiam cerca de 600\$000. A formação de Antonio Inocêncio é clara nos relatórios e de Francisca Adelaide é constatada neste detalhe.

¹¹ Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u819/index.html>.

Segundo Mattos (1999, p. 275), a solução proposta ou inserida na esfera da instrução pública, no fundamental vislumbrava uma civilização à condição de povo, isto é, “boa sociedade”; não só conservar o lugar que ocupava na sociedade, mas também reconhecer e reproduzir as diferenças e hierarquizações no seu próprio interior. O lugar das classes inferiores na sociedade sempre se impunha em discursos de vários segmentos da elite Imperial e em todas as Províncias brasileiras. A inclusão seria clara se não colocasse em risco as formas tradicionais de submetimento da maioria ao jugo e à exploração da elite Imperial revelando, assim, o caráter autoritário e excludente da nação que se queria construir.

3. AS ESCOLAS IGUASSUANAS DE SEGUNDA CLASSE

Tratando-se da Província do Rio de Janeiro e seus Municípios, Freguesias e Vilas, foram idealizadas no Regulamento de Instrução Primária, de 14 de Dezembro de 1849 por Luiz Pedreira do Couto Ferraz¹², as escolas de primeira e segunda classe.

A diferença entre as escolas de primeira e segunda classe constava nas cadeiras que seriam ministradas, sendo as escolas de primeira classe com um maior número de cadeiras, destinadas à população dos grandes centros de saber e poder da Corte e da Província e também dos municípios e freguesias com grande destaque econômico.

Vilella (2000, p. 123-24) trouxe a discussão em torno do Regulamento de 1849, afirmando que o mesmo estabelecia uma divisão entre as escolas de primeira e segunda classe e que, a partir de então, a maioria das escolas seria de primeira classe com um currículo bem reduzido:

A partir de então, a maioria das escolas da província seria de primeira classe, com um currículo bem reduzido, o que significava retroceder ao modelo das “escolas de primeiras letras”. As escolas de segunda classe, em número reduzido, localizadas apenas nas freguesias ou curatos, destinar-se-iam somente a aqueles elementos que reunissem condições mais favoráveis para continuar os estudos.

De acordo com os Relatórios Provinciais do ano de 1853, exatamente o oposto é apresentado: as escolas de segunda classe seriam a maioria das escolas em toda a província, com um currículo reduzido, destinadas a ensinar a ler, escrever e contar, enquanto as escolas de primeira classe teriam o seu currículo estendido:

¹² Presidente da Província do Rio de Janeiro (1848-1853), Titular da Pasta de Negócios do Império (1853-1856).

As escolas se dividem em duas classes: Em todas ellas se ensinão a leitura, a escripta, as classes elementares da aritmética e o cathecismo. Nas de primeira classe se ensina, além disto, a grammática, a arithimética completa, as noções de álgebra e de geometria elementar, elementos de geografia e resumo da história nacional, e se faz à leitura explicada dos evangelhos, pelo programa legal deve-se também ensinar música.¹³ (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA RJ, 1853, p. 20).

O destaque de tal Regulamento não foi apenas este. O salário dos professores também sofreria mudanças. Os professores nomeados após a Lei e que exercessem seu ofício em escolas de segunda classe receberiam um salário menor¹⁴ e não precisariam mais ser formados pela Escola Normal; seriam formados pela “prática”, assumindo o cargo como professores adjuntos, trabalhando junto a um professor efetivo e após aprovação em exame de capacidade viria sua efetivação.¹⁵

Porém, ainda no ano de 1853, esta lei não podia exigir o seu cumprimento por conta da falta de professores habilitados para tal, existindo neste ano, na Província do Rio de Janeiro, apenas quatro escolas de primeira classe: Niterói, Campos, Cabo Frio e Angra dos Reis¹⁶.

Em Iguassú, a partir deste Decreto, as escolas serão nomeadas de segunda classe nos documentos oficiais do Império. Se a Corte e a Província do Rio de Janeiro foram o espaço de testes e experimentação das tecnologias de disciplina e regulamentação do que a escola se instituiu como “máquina” necessária dos tempos modernos (GONDRA, 2007, pág.123), os municípios e vilas longes dos grandes centros foram os campos de atuação, fossem as experiências bem sucedidas ou não.

Por mais simples que possa parecer, o “ler, escrever e contar” atribuídos às escolas de primeiras letras fazia parte de um mecanismo de controle, manipulação das massas populares urbanas e rurais como as iguassuanas. Mattos (1999, p. 277) atentarà ao detalhe que não era apenas ensinar a “ler, escrever e contar”, tratava-se de difundir o mais amplamente possível a “língua nacional”, sua gramática, de modo que fossem superadas as limitações de cada natureza impostas pelas falas regionais; as operações matemáticas fossem difundidas, como condição de

¹³ Disponível em www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/u829/00023.html. Acesso em abril de 2009.

¹⁴ O salário de um professor efetivo, com a nomeação antes do Decreto Lei de 1849, recebia em torno de 600\$00. Um professor interino, antes de aprovação mediante ao Exame de Capacitação recebia em torno de 400\$00 e 500\$00. Em Iguassú apenas os professores de Piedade do Iguassú recebiam 600\$00. O professor Costa Barreto de Merity passa a receber tal valor após sua aprovação no exame. Disponível em: www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/783/000047.html. Acesso em abril de 2009.

¹⁵ Cf Garcia (2003).

¹⁶ RPP, 1853, p. 20.

fundamentação da razão; e que um número de cidadãos que estavam sendo formados incorporassem a ideia de Nação como um território íntegro, indivisível e sem comoções.

No Império Brasileiro, outras Províncias também adotaram o sistema de divisão de escolas por classes. Em Minas Gerais, um modelo semelhante ao Fluminense foi adotado em 1835, quatorze anos antes da Província do Rio de Janeiro, porém com uma diferença no tocante ao número de disciplinas por classes e por gênero: as escolas de primeira classe ensinariam a ler, escrever e a prática das quatro operações matemáticas e estariam localizadas em locais com menor número de habitantes. As escolas de segunda classe ensinariam a ler e escrever, aritmética até as proporções e noções gerais dos deveres morais e religiosos. Nas escolas para meninas, além do conteúdo semelhante daquelas de primeira classe, haveria “ortografia, prosódia, noções gerais de deveres morais, religiosos e domésticos”.¹⁷

Não foram encontrados registros a respeito de escolas secundárias de instrução pública ou particular no município iguassuano. A instrução secundária se destinaria a formar a elite ilustre e ilustrada, inserida mais plenamente nos atributos de liberdade e propriedade, portadora de privilégios do pequeno círculo que participava do poder de Estado, tanto no nível local quanto no nível mais amplo do Império (ALVES, 1992, p. 46-47, *apud* FARIA FILHO, 2005, p. 34). A criação de escolas secundárias nos arredores da Província e da Corte do Rio de Janeiro era visto como desperdício, como está declarado em Relatório Provincial do ano de 1853:¹⁸

Era então em minha opinião, e ainda o é, que as províncias devem espalhar escolas primárias por todos os pontos em que forem necessárias e ir deixando de alimentar estabelecimentos de instrução secundária, dispendiosos e mais úteis aos filhos dos filhos dos homens abastados do que ao geral da população (*sic*) (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA, 1853, p. 53).

No ano de 1850, Iguassú conta com cinco escolas públicas de primeiras letras distribuídas por suas quatro freguesias: Nossa Senhora da Conceição de Marapicú, São João Batista do Merity, Nossa Senhora da Jacutinga, Nossa Senhora da Piedade do Iguassú, e no ano de 1855 é criada a Freguesia de Santana das Palmeiras.

Quadro1 – Criação de Escolas e os Primeiros mestres (1837-1862)

¹⁷ Faria Filho (2000, p. 150). Artigo 1 da Lei número 13 publicada em Minas Gerais em 1835.

¹⁸ Disponível em www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/u828/000053.html. Acesso em abril de 2009.

Freguesias	Ano de Criação das escolas	Nome do Professor	Permanência
Piedade (Escola para meninos)	1837	Antonio Inocêncio Furtado de Mendonça Luiz José dos Santos	13 anos (até 1850) Aproximadamente 04 anos (1851 a 1854).
Piedade (Escola para meninas)	1840	Francisca Adelaide de Paula Moura	Aproximadamente 20 anos - 1860
Marapicú (Meninos)	1849	Domingos José Claro	Não informado
Merity (Meninos)	1849	Capitão Augusto da Costa Barreto	Aproximadamente 19 anos
Merity (Meninas)	1855	Engrácia Flávia de Macedo Dias	Não informado
Jacutinga (Meninos)	1851	Antonio José dos Santos	Aproximadamente 02 anos

Considerações finais

O século XIX, no Brasil, possui características de um período em que a preocupação com a civilização e instrução do povo ganha uma importância fundamental. A organização da instrução foi uma das principais estratégias para a construção de uma unidade nacional e a garantia da ordem.

A necessidade de uma expansão da instrução elementar e, inclusive, fazê-la chegar às camadas mais pobres da população significou não só um projeto para a afirmação de uma classe dominante, como também a ruptura com os elementos que traziam à tona todo o passado colonial.

A organização do município iguassuano em 1833 demonstra a necessidade de um forte grupo político em vigência no cenário político do Império brasileiro em demarcar um território ligado ao mesmo por redes de relações familiares, políticas e econômicas e um ponto estratégico geograficamente, por onde escoava o ouro vindo de Minas Gerais e o abastecimento de grãos de cereais de toda a Província e Corte do Rio de Janeiro. Uma série de títulos de nobreza começam a circular em um território em que a maioria era pobre, mestiça e analfabeta.

A criação de um novo município com grande destaque socioeconômico como Iguassú implicava em demonstração de progresso e como falar em progresso neste período sem remeter-se à escola?

De acordo com Faria Filho (2003, p. 116), a instrução primária pretendia cumprir o papel civilizador da população e na Vila iguassuana “manter a ordem para governar” era preciso e urgente. Porém fazia-se necessário “marcar” qual o público a que a instrução estava destinada e qual escola estava destinada a este público. Um discurso com ideais iluministas acerca de instrução começa a circular entre os proponentes da instrução pública brasileira do século XIX; entretanto, os “limites” desta inclusão se encontravam bem estabelecidos: uma instrução destinada aos cidadãos livres, de boa família, moradora de centros urbanos.

Como se procurou demonstrar neste artigo, a instalação da instrução pública iguassuana encontrou resistências geográficas e resistência dos moradores locais, o que nos remete a entender que a criação de escolas não se deu em um espaço sem conflitos, sem tensões. Era o governo da rua adentrando o governo da casa e isto fica bem demarcado no que tange ao número de escolas particulares nesta mesma região, fazendo-se necessário estar dentro de um limite, com um professor “conhecido”, de quem se sabia a origem familiar e formação. A chegada de um professor “recém formado” da Escola Normal da Corte pode se apresentar como uma ameaça ao controle, à vigilância e à manipulação.

O método de distribuição das escolas, uma em cada Freguesia, apresenta também a preocupação em se dar a ver a escola, estrategicamente, na sede das freguesias. Ora, as freguesias iguassuanas eram rurais, uma distribuição ampla de terras e de grandes distâncias, cercadas por grandes rios e fazendas, o que provavelmente dificultava o acesso de muitos às escolas.

O processo de escolarização de Iguassú em muito se assemelha ao dos demais municípios, vilas e vilarejos que estavam às margens da Corte, da Província do Rio de Janeiro e do Império do Brasil, um fenômeno repleto de tensões e conflitos políticos em que ser um sujeito inserido em um espaço escolar não significaria ser inserido na sociedade em sua plenitude.

A instrução pública e particular para os iguassuanos no século XIX estava diretamente relacionada com suas condições sociais e raciais. Pensar a configuração social e étnica da vila, o conjunto de ações desenvolvidas no âmbito da esfera pública e privada, mas também de outros agentes que eventualmente tenham tomado para si a competência de formar o outro; pensar as formas, as estratégias, os sujeitos, saberes e efeitos da escola em uma vila do recôncavo da

Guanabara, miscigenada e marcada pela desigualdade, se constitui em desafio aberto. Desafio que supõe reinterrogar o saber já conhecido a respeito desta experiência, da documentação disponível e do próprio questionário destinado a compreender a experiência, a tradição da qual é herdeira e também a tradição que ajuda a forjar.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, José Ricardo. *A Instrução pública no Brasil: 1500 a 1889*. Brasília; São Paulo MEC/INEP, 1989.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Educação do povo e autoritarismo das elites: instrução pública e cultura política no século XIX. In: MAGALDI, Ana Maria; GONDRA, José G, ALVES, Cláudia. *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2003.

- - - - -. Instrução Elementar no Século XIX. In: FARIA FILHO, Luciano M. LOPES; Eliana Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). *500 anos e Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

- - - - -. A pesquisa histórica sobre cultura escolar no Brasil. In: BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza *et alii* (Orgs.). *Vozes da educação: memórias, histórias e formação de professores*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

FORTE, José Matoso Maia. *Memória da fundação de Iguassú*. Rio de Janeiro: Typografia Jornal do Comércio, 1933.

GONDRA, José G. (Org). *História, infância e escolarização*. Rio de Janeiro: 7 letras. 2002.

- - - - -. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.

- - - - -. *Escolarização e governo das multidões: reflexões acerca das formas de escola na Corte Imperial*. In: BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza (Org.). *Vozes da educação: memórias, histórias e formação de professores*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

GONDRA, J.; SCHUELER, A. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

GUEDES, Jordania R. Q. *Escolas no Recôncavo da Guanabara: história do processo de escolarização no município de Iguassú (1833-1862)*. Monografia Final do Curso de Pedagogia, Proped/UERJ, Julho 2009, p. 1-54.

GUEDES, Jordania R. Q.; GONDRA, José G. Nas margens da Corte Imperial: análise do processo de disseminação de escolas na Villa de Iguassú (1838-1856). *Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação em Aracajú*, Sergipe, 2008.

IMPÉRIO BRASILEIRO. Lei Imperial de 15 de outubro de 1827. Disponível em www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/u817/000007.html. Acesso em Janeiro de 2008.

IMPÉRIO BRASILEIRO. Relatório Provincial do Rio de Janeiro. 1838. Disponível em www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/770/000035.html. Acesso em Janeiro de 2008.

IMPÉRIO BRASILEIRO. Lei de Instrução Primária Província do Rio de Janeiro de 14 de dezembro de 1849. Disponível em www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/u818/000052.html. Acesso em Janeiro de 2008.

MATTOS, Ilmar R. *O tempo Saquarema: a formação do estado colonial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Access, 1999.

----- GONÇALVES, Márcia de Almeida. *O império da boa sociedade: a consolidação do estado imperial brasileiro*. 14. ed. São Paulo: Atual, 1991.

NUNES, Clarice. Historiografia da educação e fontes. In: GONDRA, J. G. (Org). *Pesquisa em história da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP& A, 2005.

PEREIRA, Waldick. *A mudança na vila*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1970.

PERES, Guilherme. *Sant' Anna das Palmeiras: ascensão e declínio de um pouso de tropeiros sob o esplendor do café: ensaio*. São João de Meriti, RJ: 2000.

----- *Tropeiros e viajantes na Baixada Fluminense: ensaio*. Mesquita, RJ: Editora e Gráfica Shaovan, 2000.

PEIXOTO, Afrânio Ruy. *Imagens iguassuanas: v. I*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1969.

----- *História cronológica de Nova Iguaçu: v. I*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1968.

SOUSA, José Antonio Soares de. *A vida do Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora do Autor, 1944.

VIDAL, Diana; FARIA FILHO, Luciano Mendes. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, SP, Editora Autores Associados, n. 14, p. 19-34, mai-ago. 2000.

VILELLA, Heloísa. Do saber fazer à profissionalização docente na escola normal da Província do Rio de Janeiro. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, LPP/Fórum do Rio de Janeiro/UERJ, p. 49-67.

- - - - -. O mestre-escola e a professora. In: FARIA FILHO, Luciano M. LOPES; TEIXEIRA, Eliana Marta; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs). *500 anos e Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

First degree citizens in second degree schools: notes on the schooling process in the Iguassu province on the nineteenth century

Jordania Rocha de Queiroz Guedes

Abstract: This article brings the reader an understanding on the profile of schools for the iguassuana citizens on the second half of the nineteenth century, as well as data about the number of schools distributed by parishes, the constant change of teachers in certain locations and the growing number of private schools at that time, essential data to understand the educational processes in the Iguassú Town.

Key words: Schooling. Province of Rio de Janeiro. Iguassú. Nineteenth century.